

O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Objectivos de acção NO PERÍODO «ELEITORAL»

Na sua reunião de Julho, o Comité Central do Partido indicou, como principal objectivo de acção, nas próximas «eleições» para a Assembleia Nacional fascista, a realização de uma grande campanha política de massas.

Quando este artigo (escrito em fins de Agosto) vier a ser publicado, estará já então completamente aclarada a posição do governo e a posição dos vários sectores políticos antifascistas, a apresentação de candidaturas e o âmbito do movimento unitário que as apoia. É muito possível que já tenha então começado o «período eleitoral». Os problemas políticos, de organização e da unidade adquirirão novos aspectos. Entretanto (estamos certos) os factos comprovarão a análise e conclusões do Comité Central e darão ainda mais força às directrizes gerais então traçadas. Elas continuarão a constituir um guia seguro para levar à prática a grande campanha política de massas, que o Comité Central indicou como tarefa.

Campanha «eleitoral» e eleitoralismo

O PCP constantemente tem insistido em que não haverá eleições, mas uma mascarada «eleitoral». Os propósitos do governo são evidenciados pelos factos. Repressão da campanha de recenseamento. Cortes em massa de nomes inscritos nos cadernos. Anúncio do propósito de exclusão de candidaturas. Obstáculos às actividades democráticas. Repressão.

Apesar destes factos, e da previsão de toda a espécie de obstáculos e dificuldades, que o governo levanta e levantará à Oposição, o PCP e o movimento democrático em geral defenderam que a Oposição deveria apresentar candidatos e desenvolver uma campanha «eleitoral».

A experiência mostra que, dadas as dificuldades e as necessidades demagógicas do regime e a força real da Oposição, as «eleições» fascistas criam uma conjuntura favorável para o rápido desenvolvimento da luta política, para a entrada em acção de amplas massas, para o reforço da organização, para a revelação, educação e desenvolvimento de quadros.

Estes objectivos não poderiam ser alcança-

dos, se as forças antifascistas (utilizando apenas formas ilegais de organização e propaganda) se limitassem a desmascarar a mascarada «eleitoral», abstendo-se de qualquer concorrência. Tal atitude defendida, tanto pela velha e moribunda corrente liberal, como por verbalistas esquerdistas e outros, conduziria, à inacção, à rotina, à impotência política.

Os objectivos acima indicados podem ser alcançados, se, precisamente ao invés, as forças democráticas declaram concorrer às «eleições», apresentam os seus candidatos, desenvolvem rapidamente nessa base estruturas orgânicas e meios de propaganda legais e semi-legais, chamam as massas à acção e levam a cabo uma intensa campanha «eleitoral».

O aproveitamento, para a realização de uma grande campanha, da conjuntura favorável criada pelas «eleições» fascistas, não só nada têm a ver com eleitoralismo, como é, nos seus próprios termos, uma atitude anti-eleitoralista, um combate às tendências e ilusões eleitoralistas.

As ideias fundamentais do eleitoralismo são

fazer das «eleições» fascistas a finalidade da acção democrática, colocar como objectivo a concorrência ao acto eleitoral (isto é, a ida às urnas) e a eleição de candidatos da Oposição ou pelo menos a obtenção de um elevado número de votos. Essas ideias pressupõem o esquecimento da natureza do regime fascista, da ausência das liberdades mais elementares, da repressão e da cuidadosa preparação da mascarada «eleitoral» pelo governo.

O PCP luta aberta e insistentemente contra tais tendências e ilusões. Combate-as no concreto, sempre que se manifestam. A «ida às urnas» é uma questão relativamente secundária e a decisão final a esse respeito deve ser tomada, não fazendo ingenuamente cálculos acerca do número de votos possíveis, mas medindo as vantagens e desvantagens para o governo e para a Oposição. O objectivo da con-

corrência às «eleições» não é a vitória eleitoral (impossível nas condições actuais), nem um bom resultado eleitoral (impossibilitado pelo recenseamento falsificado, os cortes nos cadernos, a falta de fiscalização, as inevitáveis «chapeladas»).

Ao colocar, como objectivo de acção no terreno «eleitoral», uma grande campanha política de massas, de que o movimento democrático sairá consideravelmente reforçado para prosseguir a luta para além das «eleições» (Doc. do CC. VII. 75), o PCP indica com precisão que as «eleições» fascistas, em si, nada podem resolver, mas que os antifascistas devem aproveitar as condições particulares criadas por elas para conduzir à acção amplas massas, para reforçar a sua organização, as suas posições, a sua influência.

Consignas políticas

A «concorrência às «eleições» possibilita a apresentação legal de reivindicações políticas relacionadas com a própria apresentação de candidatos: liberdade de organização do movimento democrático, com a abertura de sedes e postos e a realização livre de reuniões; liberdade de reunião e propaganda, com a edição de materiais, a realização de assembleias, a utilização da imprensa e rádio; revisão dos cadernos eleitorais e fiscalização das «eleições».

Estas e outras reivindicações inserem-se nos objectivos políticos gerais do movimento democrático reafirmados pelo Encontro Nacional da Oposição de 4 de Março e pelo Congresso de Aveiro na sua Declaração Final:

1. A luta pelas liberdades democráticas fundamentais: de organização dos partidos políticos, de reunião, sindical, de imprensa, assim como o direito à greve;
2. A luta contra a repressão: pela dissolução da PIDE-DGS, contra a tortura, pela Amnistia, pela libertação de todos os presos, pelo regresso dos exilados;
3. A luta contra a guerra colonial: pelo seu fim imediato, pela abertura de negociações com os movimentos de libertação de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique;
4. A luta contra o congelamento de salários, a carestia de vida e o peso dos impostos;
5. A luta contra o domínio dos monopólios e contra a submissão ao imperialismo.

O CC sublinhou justamente, que, na actual situação internacional, é também oportuno intensificar a luta por uma política externa de amizade com todos os povos e por relações com os países socialistas.

Alguns (ainda que cada vez mais raros) republicanos liberais, típicos oportunistas de

direita, consideram demasiado radicais estes objectivos. Apegados a concepções e preconceitos colonialistas e neocolonialistas, discordam da firme posição do movimento sobre o problema colonial, ou defendem que deveria silenciá-lo na campanha. Tais ideias, onde quer que se manifestem, têm de ser combatidas. Como indicou o CC, «a luta contra a guerra e por negociações com os legítimos representantes dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique» deverá ser um dos pontos centrais da campanha política de massas.

Por outro lado, verbalistas pequeno-burgueses, também em desacordo com a plataforma do movimento, dizem que este deveria declarar-se contra o capitalismo e «pela opção socialista» (que de facto nada tem a ver com o socialismo) e não contra os monopólios, contra o fascismo e pelas liberdades. Este palavreado, sem qualquer consistência ideológica e política, ou é ridículo preciosismo de intelectuais pequeno-burgueses, ou serve para ocultar uma actividade de intriga e desagregação.

Há que fazer energeticamente frente, tanto aos «conselhos de moderação» dos direitistas, como à desinformação, intriga ideológica e chantagem verbalista. Há que defender firmemente a luta pelos objectivos políticos e as reivindicações políticas, que constituem hoje a plataforma do movimento democrático.

Esta corresponde ao fundamental aos interesses e anseios das amplas massas populares. Constitui a base em torno da qual é possível mobilizá-las para a luta. Define objectivos centrais e essenciais — o primeiro grande e indispensável passo para uma transformação da situação política portuguesa.

Os comunistas são em Portugal os únicos consequentes lutadores pela sociedade socia-

lista, que nada tem a ver com as tolas ideologias e teorizações dos radicais pequeno-burgueses. Os comunistas insistem em indicar esse seu objectivo. Mas hoje, em Portugal, o movimento popular tem que concentrar forças e energias para alcançar uma primeira e decisiva vitória; liquidar a ditadura fascista, instaurar as liberdades democráticas, pôr fim à

guerra colonial com o reconhecimento do direito dos povos à completa e imediata independência, libertar Portugal da submissão ao imperialismo.

Esse (e não o palavreado pseudo-revolucionário de alguns anticomunistas) é o verdadeiro caminho para o socialismo. Na campanha «eleitoral», escolhendo os termos apropriados, isto pode e deve ser afirmado.

Reforço orgânico

Para que uma grande campanha política de massas possa ser realizada, o movimento democrático tem de reforçar consideravelmente a sua organização antes e durante a campanha «eleitoral».

Ao contrário do que tem sucedido noutras ocasiões, todo o período «eleitoral», até ao último dia, deve ser aproveitado para desenvolver e estruturar a organização democrática, nunca perdendo de vista que, com a actividade «eleitoral», se pretende reforçar consideravelmente o movimento para prosseguir a luta depois das «eleições».

A atracção de novos activistas às diversas formas de organização existentes; o alargamento e reforço da base do movimento; o melhoramento do trabalho dos organismos de direcção distritais, concelhios e outros; o progresso da coordenação à escala nacional através dos Encontros Nacionais e de instrumentos maleáveis de carácter técnico sem quaisquer pretensões de dirigismo; — contam-se entre as tarefas mais importantes.

Nas condições actuais, o desenvolvimento do movimento democrático à escala nacional exige que se respeitem diferenças de soluções orgânicas e de estilo existentes de distrito para distrito. Seria um erro pretender prematuramente «forçar» uma uniformização e erro ainda maior querer formar uma direcção centralista nacional.

A experiência mostra também que os métodos democráticos (a formação de amplas comissões, a realização de assembleias como organismos plenários, a intervenção da base nas decisões capitais, a representação por delegados, a eleição de comissões superiores e de Executivos, o respeito pelas decisões maioritárias) são essenciais para interessar milhares de activistas e dar uma dinâmica de massas ao movimento.

Os métodos democráticos nada têm a ver com a demagogia basista, anti-democrática na concepção e na prática. Na CDE de Lisboa, os demagogos basistas deram constante exemplo de falta de respeito pelos princípios democráticos: formaram pseudo-bases, que pouco ou nada representavam; recusavam a representatividade de delegados de amplas comissões; negavam-se a respeitar as decisões aprovadas

por larga maioria em plenários ou em comissões, sempre que tais decisões eram contrárias aos seus pontos de vista, como em regra sucedia; editaram materiais contrários às decisões tomadas; contestavam (sob a acusação de serem «cúpulas de personalidades») os organismos de coordenação e direcção, mesmo que eleitos democraticamente. Ao mesmo tempo, as «personalidades» desta corrente constituíam «comissões de base» com pretensões de serem a cúpula... Incapazes de imporem os seus pontos de vista e a sua hegemonia à CDE (o que procuraram pelos meios menos democráticos), têm o despalante num triste documento intitulado «Porque saímos da CDE» de acusar o movimento de «prática anti-democrática»!

Ninguém mais do que os comunistas lutou e luta por uma ampla base do movimento e ninguém mais do que os comunistas deu uma contribuição para torná-la possível (designadamente na região de Lisboa). Ninguém mais que os comunistas lutou e luta para que a base intervenha na escolha dos dirigentes e participe nas decisões capitais. A nova unidade e a nova dinâmica que o movimento adquiriu em alguns distritos, deve-se em parte decisiva aos comunistas. Os comunistas nada têm a recelar das «bases», porque nas «bases» está a sua principal força de apoio político. O que os comunistas (e com eles numerosos democratas de outras tendências) combateram e combaterão são as concepções desorganizadoras e os demagogos, que, lisongeando as «bases», procuram criar uma conjuntura favorável a uma reunião deliberativa, que se transforme num «golpe» dentro do movimento, apossando-se da direcção deste e passando depois a querer impôr autocráticamente às bases a opinião de meia dúzia de «personalidades basistas».

Para ser eficiente, a organização do movimento democrático, tem de, por um lado, adoptar métodos amplamente democráticos, tem, por outro lado, de não se deixar paralisar pela demagogia, por concepções, manobras, intrigas e complots de desagregadores anarquizantes.

Para levar por diante as suas tarefas, e sobretudo, para assegurar a continuidade para além das «eleições», o movimento necessita de ultrapassar com decisão (particularmente em Lisboa) as concepções e actividades



desorganizadoras e realizar um sério trabalho de organização, reforçando todas as suas estruturas.

Em toda a parte, fazendo ou não parte das estruturas do movimento, os comunistas, alia-

dos a outros democratas, podem e devem tomar iniciativas para formar novas Comissões Democráticas, estabelecer contacto com as estruturas do movimento e participar activamente na sua acção.

Intervenção das massas

O CC considerou existirem as condições fundamentais para que, mediante um árduo trabalho, a campanha política a realizar no período «eleitoral» seja uma campanha de massas. Esta definição é do mais alto significado. Não basta apresentar candidatos, definir os objectivos políticos, publicar e distribuir documentos e realizar reuniões. A preocupação constante tem de ser a multiplicação para muitos milhares do número de activistas e a participação e intervenção de amplas massas na campanha.

O governo criará, sem qualquer dúvida, toda a espécie de dificuldades. Poderá tentar impedir certas candidaturas. Procurará reduzir ao mínimo o âmbito da acção democrática. Limitará os meios de propaganda. Proibirá ou dificultará a realização de muitas assembleias. Negará salas. Continuará a repressão.

Os democratas têm de defrontar com firmeza, coragem e confiança esses obstáculos e limitações, e não aceitar as tentativas do governo para impedir que a campanha toque as massas populares.

A preocupação fundamental da campanha deve ser chegar às mais amplas massas, levar até elas a propaganda democrática, fazer grandes tiragens dos documentos, utilizar largamente car-

tazes, realizar grandes assembleias por toda a parte e fazer participar e intervir amplas massas na luta pelos objectivos políticos fundamentais do movimento democrático.

A apresentação de candidatos só se justifica na medida em que se tem em vista uma campanha com tais características.

As formas concretas que tomará a participação e intervenção das massas dependerão de muitos factores, entre os quais a atitude do governo, o grau de repressão, o desenrolar da campanha. O que é indispensável é que se afirme de forma irrefutável durante a campanha a força de massas do movimento, a ampla adesão popular aos objectivos fundamentais: o fim do fascismo e da guerra colonial, a conquista da liberdade.

Sendo as «eleições» fascistas uma burla e uma mascarada com uma «vitória do governo» previamente assegurada, o apoio popular ao movimento democrático não se virá a expressar através de votos (pois nem sequer é certo que os democratas aconselhem a votar), mas sim através da amplitude da participação de massas na campanha. Essa será uma válida e segura medida das aspirações e vontade do povo português.

Unidade

O PCP tem defendido e continua a defender a unidade de todos os democratas sem discriminações, desde que dispostos a unir os seus esforços para lutar pelos objectivos fundamentais do movimento democrático. A plataforma política aprovada no Encontro Nacional de 4 de Março e confirmada no Congresso de Aveiro constitui uma sólida base para a unidade da Oposição democrática.

Se há quem pense que tal plataforma não serve, se há quem não queira lutar pelo fim da ditadura fascista, nem pelas liberdades democráticas, nem contra a guerra colonial (isto com o tolo pretexto de que se tem de lutar contra o capitalismo e pela «opção socialista»), tais pessoas têm naturalmente todo o direito de propagandear, com a própria responsabilidade, as próprias consignas e desenvolverem a actividade política que entenderem.

O mesmo no que respeita à organização. Resultado de uma luta tenaz ao longo de mui-

tos anos, formou-se um movimento unitário que criou (com diferenças distritais) formas próprias de organização, com princípios comumente definidos e aceites à escala de cada distrito.

Se há quem pense que essas formas e princípios de organização lhes não servem, se há quem julgue que o necessário é um movimento sem órgãos de coordenação e de direcção, sem orientação uniforme, em que, cada qual, não tem que ter em conta as decisões da maioria e, utilizando a bandeira comum, faz o que quer e diz o que lhe apetece, tais pessoas têm naturalmente todo o direito de criar um movimento à feição das suas concepções.

O que não é de aceitar é que, com a preocupação de unidade sem exclusões, se contemporeze com a presença no movimento democrático de elementos que nada fazem nele senão, apresentando-se como parte do movimento, contestar a sua orientação e os seus objectivos, sabotar as suas decisões, procurar

desorganizá-lo e desagregá-lo.

Não se devem fechar as portas à «recomposição» e «regresso» à CDE de Lisboa de alguns que em Julho «saíram da CDE», mas se mostrem dispostos a aceitarem a plataforma e as decisões do movimento. É mesmo quase certo que, quando este artigo for publicado, alguns já terão voltado, ou manifestado vontade de fazê-lo. Mas os desagregadores e divisionistas confessos que saíram é bom que não voltem. Seria um erro readmiti-los. O movimento democrático nada tem a perder com a sua ausência, antes se reforça com ela. Defendemos a unidade sem discriminações com todos os que querem lutar unidos. Mas não pode haver unidade com aqueles que declaram como objectivo prioritário da sua própria acção, o combate à própria unidade.

O movimento democrático, com a sua plataforma actual, nas suas actuais formas maleáveis e diversificadas de organização, é um

grande movimento unitário. Abrange os sectores políticos mais diversos. Conta com milhares de activistas e amplo apoio popular.

Se prosseguir firmemente a luta pelos seus objectivos políticos, se desenvolver a sua organização, se reforçar a sua ligação com as massas, se não ceder nem à pressão de oportunistas de direita nem à intriga e chantagem esquerdista, ganhará para a acção numerosos portugueses e portuguesas das mais diversas tendências políticas. O movimento democrático unitário e só ele está hoje em condições (com o apoio do PCP e de outros sectores que nele actuam) de aglutinar e conduzir à luta amplas massas desejosas de agir.

Os comunistas actuam consequentemente para que o movimento democrático esteja amplamente aberto sem discriminações a todos os que queiram lutar unidos para pôr fim à ditadura fascista e à guerra colonial e para conquistar a liberdade.

Para além das «eleições»

A campanha «eleitoral», mesmo que venha a ser uma grande campanha política de massas, não resolverá o problema político português. O fundamental é que o movimento democrático, aproveitando a conjuntura, conquiste posições, reforce a sua organização, multiplique os seus quadros, estreite as suas ligações com as massas. O fundamental é que, da campanha «eleitoral», saia reforçado para prosseguir a luta depois das «eleições».

Sublinhando toda a importância da implantação aberta do movimento democrático na vida política portuguesa para o aprofundamento da crise do regime e o desenvolvimento da luta popular, o CC indicou, como sendo um dos aspectos da campanha, «a batalha pela legalidade». Significa isto, não o conseguir do governo o reconhecimento formal da legalidade, mas o consolidar as posições legais e semi-legais, com o objectivo de, com a força adquirida e com o activo apoio das massas, conquistar, de facto, a possibilidade de organização e propaganda legais a título permanente.

Oportunistas de direita e de «esquerda» desdenham deste objectivo. Alguns chamam-lhes «legalismo». O movimento democrático cometeria porém o mais grave dos erros se deixasse de insistir nesse objectivo como um dos seus objectivos centrais imediatos. Seria infantilismo político, se, ante as arbitrariedades e acções repressivas do governo, completamente previsíveis, a impaciência levasse a precipitações, que significassem uma aceitação da ilegalização do movimento e a renúncia à luta pela legalidade.

A implantação aberta na vida política portuguesa e o reconhecimento tácito, embora

condicionado, da legalidade do movimento em numerosas ocasiões, constituem posições alcançadas em resultado da luta do povo português, significam uma séria brecha na estrutura fascista do regime e têm criado e criam valiosas possibilidades de esclarecimento, de acção, de influência e mobilização das massas.

Na actual situação política nacional, apesar da resistência fascista, é possível, através dum combate firme, decidido e confiante, consolidar essas posições, de extraordinária importância para o progresso da luta popular.

Deve porém insistir-se sem descanso em que, a imposição ao fascismo, para lá das «eleições», da continuidade da acção legal ou semi-legal do movimento democrático, depende da amplitude, da combatividade, da força organizada e da capacidade de mobilização das massas da Oposição.

Como o Partido incansavelmente sublinha, a natureza da ditadura fascista não se modificou. Não se modificou o carácter centralizado e militarista do Estado. Há que contar, não só com o prosseguimento, como com a intensificação da repressão. Por isso também, não há alterações na perspectiva revolucionária.

Mas, de momento, há que travar com sucesso a batalha política em curso, procurar levar a cabo uma grande campanha política de massas, alcançar objectivos concretos limitados e imediatos, ganhar posições e forças, para, após as «eleições» fascistas, prosseguir a luta com os novos objectivos e as novas formas de acção que a situação aconselhar.

É nessa direcção que agora se devem concentrar forças e energias.

Uma questão vital

A ORGANIZAÇÃO NAS EMPRESAS

Analisando a situação e a evolução da organização partidária, uma das principais conclusões do Comité Central na sua reunião de Julho foi a necessidade de um muito sério esforço para reforçar a organização nas empresas, particularmente nas fábricas.

O Partido continua a gozar do apoio da classe operária, na qual tem profundas raízes. Apesar das violentas ofensivas da repressão fascista, que, por vezes, atinge organizações de base, o Partido mantém as suas fortes posições.

Entretanto, a organização dos membros do Partido nas empresas (particularmente nas fábricas) não pode considerar-se satisfatória.

Apenas num quinto do número das empresas, onde há membros do Partido organizados, existem células de empresa estruturadas. Há sectores onde existem numerosas ligações com empresas, sem que, em cada empresa, se chegue a constituir uma verdadeira organização. Numas regiões mais que noutras, há fábricas (e algumas importantes) com as quais não existe de momento qualquer ligação.

Trata-se de deficiências reais, às quais tem de ser dada a devida importância em todas as organizações do Partido.

A situação política exige e torna completamente possível um considerável reforço da organização partidária nas empresas, particularmente nas fábricas.

Três tarefas fundamentais se colocam:

1. Recrutar mais operários para o Partido.
2. Formar novas células de empresa e reforçar as existentes.
3. Tornar cada célula de empresa a organização dirigente, impulsionadora e dinamizadora da luta da classe operária.

Se todas as organizações e militantes compreenderem que a realização destas tarefas é uma questão vital na vida e actividade do Partido; poderão dar-se importantes passos num prazo relativamente curto.

Recrutamento

Os efectivos operários do Partido não têm aumentado em proporção com o aumento do número de ligações com as empresas e com o papel do Partido nas lutas de classe. Tal situação tem de ser modificada. O recrutamento de operários é tarefa constante de todas as organizações e militantes.

Não sendo muitas as células com elevado número de membros, afirmar que o que interessa é a qualidade e não a quantidade, é fugir ao problema realmente existente. Se há na verdade células com número suficiente de membros para desenvolver uma boa actividade, não existe nenhuma célula de que possa dizer-se que não precisa de fazer recrutamentos. Por outro lado, existem numerosas ligações individuais com empresas, situação que coloca, nessas empresas, como decisiva tarefa, recrutar mais operários para o Partido de forma a constituir um primeiro organismo (mesmo que só com dois camaradas), que seja o ponto de partida para a constituição da célula.

Em casos frequentes, o número de simpatizantes registado excede em muito o número de militantes. O número de «Avantes» distribuído é em regra várias vezes superior ao número de membros do Partido. Estes factos mostram as possibilidades reais de recrutar novos camaradas.

Em diversos casos, é imperioso aprofundar o estudo das causas do prolongamento de situações insatisfatórias. Como se explica que, em diversas fábricas, por vezes com centenas de operários, haja, ao longo de alguns anos, um ou dois camaradas, sem se registar um único recrutamento? Como se explica que, em localidades relativamente pequenas, exista organização do Partido e, entretanto, passem anos sem se conseguir uma ligação para tal ou tal fábrica? Trabalho fechado? Sectarismo? Isolamento das massas? Mau conhecimento dos companheiros? Falta de prestígio? Desinteresse? Os organismos de direcção regional e local, os funcionários do Partido, têm de auxiliar a encontrar as causas destas situações e as soluções para elas.

Se não se recrutam novos membros numa fábrica, a deficiência não é apenas da camarada ou camaradas que nela existem, mas também dos organismos e camaradas que controlam e dirigem o seu trabalho. Tem de insistir-se constantemente na necessidade de recrutar novos operários para o Partido e de obter ligação para novas empresas. Mas não basta insistir. É indispensável examinar ao mesmo tempo quais são as dificuldades que os militantes encontram para a realização destas tarefas e procurar encontrar com eles as formas práticas de vencê-las.

Células de empresa

A existência de membros do Partido nas fábricas e outras empresas é um facto muito importante. Mas muito insuficiente, se agem individualmente ou se não estão devidamente organizados.

A organização, funcionamento regular e actividade das células de empresa é indispensável para o desenvolvimento da organização do Partido na classe operária, para o recrutamento de novos membros, para os progressos dos quadros e a orientação das lutas de classe.

Os problemas, são, é certo, diferentes nos diferentes sectores. Há sectores em que existem células com actividade regular em algumas empresas, mas onde o tempo passa sem que se consigam «lutar» outras empresas (importantes em alguns casos). Noutros sectores regista-se um considerável alargamento do número de fábricas com as quais o Partido consegue ligação, sem que de igual forma se aprofunde a organização em cada fábrica.

As tarefas decorrentes de tais situações são naturalmente diversas. No primeiro caso, ao mesmo tempo que se devem reforçar as células já existentes, tem de se colocar às organizações, como tarefa de primeiro plano, conseguir ligação para as fábricas de que o Partido está desligado. No segundo caso, há que desenvolver um trabalho constante para constituir verdadeiras células de empresa a partir das ligações existentes.

Apesar porém desta diferença de situações, existem tarefas comuns em todas as regiões e

localidades: reforçar as células de empresa existentes e criar novas células de empresa.

A célula pode ser maior ou menor. O essencial (como ponto de partida, para um trabalho em profundidade) é constituir em cada fábrica um organismo do Partido, com três ou mesmo com dois camaradas, que reuna regularmente, discute os problemas da empresa, tome colectivamente decisões e iniciativas.

Quando existem já vários camaradas numa empresa, o essencial, no ponto de vista de organização, é estruturar a célula, formando um pequeno Secretariado e mais ou menos núcleos, segundo o número de camaradas, a sua distribuição por secções, etc.

Naturalmente que não basta formar e estruturar a célula. É indispensável saber defendê-la, assegurando a compartimentação entre os vários núcleos, mantendo o secretismo acerca de quem são os membros do Partido, realizando reuniões e encontros em condições de segurança, etc.

O aumento geral do número de membros do Partido nas empresas e o aumento do número de ligações com empresas são factos positivos. Mas, só por si, não dão uma medida da força e capacidade de mobilização do Partido. Uma condição essencial para que os comunistas desempenhem nas empresas (designadamente nas fábricas) o seu papel, é estarem devidamente organizados. E isso significa constituir células estruturadas, com funcionamento e actividade regular.

O papel da célula

Segundo os Estatutos do Partido, «a célula (...) é a organização de base do Partido, é o seu alicerce e o elo fundamental da ligação do Partido com a classe operária e as massas populares» (art. 27).

A actividade das células de empresa (designadamente nas fábricas) é de capital importância. As células de empresa são como que o Estado-Maior político dos trabalhadores na empresa respectiva. O seu papel de vanguarda exerce-se esclarecendo os trabalhadores, organizando a luta económica e política, orientando a formação de Comissões de Unidade e Comissões Sindicais e a participação dos trabalhadores no movimento democrático, na luta

anticolonialista, etc. A célula leva à classe a experiência do Partido e transmite ao Partido as experiências da classe.

O papel dos comunistas nas empresas não é «acompanhar» a situação e «participar» nas lutas. É tomar com decisão a vanguarda, impulsionar, dinamizar e dirigir a luta da classe operária.

É fundamentalmente através das células de empresa que o Partido assegura o seu papel de vanguarda revolucionária do proletariado, que recruta, selecciona e promove os melhores quadros. A força do Partido mede-se em larga medida pelo número, a estruturação e a actividade das suas células de empresa.

«As tarefas políticas que se colocam no momento actual exigem uma compreensão dos perigos reais, a rápida superação de deficiências que se registam no trabalho conspirativo, uma redobrada vigilância contra a provocação. A defesa do Partido não é um freio à actividade de massas, mas uma condição indispensável para que esta possa ser desenvolvida».

(Do documento «Por uma grande campanha política de massas» do CC do PCP)

PERGUNTAS E RESPOSTAS

P. Porquê, no título do «Avante!», se não substitui a consigna de Marx «Proletários de todos os países, uni-vos!» pela de Lênine «proletários de todos os países e povos oprimidos de todo o mundo uni-vos!»?

R. O proletariado revolucionário, é, pela sua própria condição social, internacionalista. Isto significa, por um lado, que a luta do proletariado é internacional, que são idênticos os interesses e objectivos do proletariado de todos os países, que a sua solidariedade recíproca é a sua política e a sua ética. Significa, por outro lado, que o proletariado está vitalmente interessado e combate consequentemente pela supressão do jugo nacional e colonial, pela liberdade e igualdade de todos os povos e nações.

O marxismo colocou sempre, como um objectivo da luta do proletariado, a emancipação dos povos oprimidos.

Com a revolução de Outubro, a URSS, com o seu exemplo e a sua política, pôs-se à frente da luta libertadora mundial. A aliança do proletariado com os povos oprimidos adquiriu um papel de primordial importância. O I Congresso dos povos do Oriente realizado em Setembro de 1920 em Baku representou um marco histórico para o reforço da aliança. Sob a inspiração de Lênine, foi lançada a palavra de ordem «Proletários de todos os países e povos oprimidos, uni-vos» (Ob. Completas, ed. fr., v. 31, p. 470).

Esta palavra de ordem tornou-se realidade. A luta emancipadora dos povos oprimidos juntou-se à luta do proletariado internacional, tendo à sua frente a União Soviética.

Correspondendo à unidade das três grandes forças revolucionárias do mundo contemporâneo — o sistema socialista, o movimento operário e o movimento de libertação nacional —, a palavra de ordem continua completamente válida.

É certo que se se desse às palavras o sentido literal, os países socialistas, rigorosamente, não caberiam já na expressão «proletários». Entretanto, considerando que a revolução socialista internacional é a missão histórica do proletariado; considerando o papel que a classe operária continua desempenhando na cons-

trução do socialismo e mesmo depois desta completada; considerando a identidade de interesses e objectivos dos países socialistas e do proletariado dos países capitalistas; — à expressão «proletários de todos os países» é dado um sentido extensivo, que abrange os países socialistas. Os partidos comunistas dos países socialistas, a começar pelo PCUS, continuam a adoptar essa consigna como expressão da sua fidelidade ao internacionalismo proletário e aos objectivos da revolução, que, conduzida pelo proletariado, porá fim ao capitalismo e construirá a sociedade comunista à escala mundial.

A unidade das forças anti-imperialistas e a sua confluência numa única torrente revolucionária não significam que o movimento operário e comunista se dissolva nessa torrente. Os movimentos de libertação nacional desenvolvem-se em numerosos países, onde o proletariado é apenas uma força social nascente, e têm por isso objectivos muito mais limitados que os do proletariado revolucionário.

Há movimentos de libertação conduzidos por camadas burguesas, que não têm como objectivo a liquidação da exploração e das classes. É correcta, justa, necessária e indispensável a unidade dos países socialistas e do proletariado dos países capitalistas com essas forças na luta contra o imperialismo. O movimento operário conserva porém as suas características específicas, como movimento revolucionário da classe, cuja missão histórica é liquidar o capitalismo e edificar a sociedade sem classes.

O próprio alargamento da frente anti-imperialista exige que o proletariado nunca perca de vista os objectivos últimos da sua luta e reforce a sua coesão e a coesão da sua força política de vanguarda: o movimento comunista, único que pode impulsionar justamente e perspectivar a luta mundial contra o imperialismo.

É por isso não só adequado, como necessário que o movimento comunista e operário internacional e cada um dos seus destacamentos continue hoje a utilizar a consigna «proletários de todos os países, uni-vos!», que expressa a sua unidade e a identidade dos seus interesses e objectivos.

É o que faz também o PCP, vanguarda revolucionária da classe operária portuguesa e destacamento do movimento comunista internacional.